

1. Introdução

1.1 Apresentação

O economista pernambucano Celso Furtado (1920 – 2004) é um dos intelectuais mais influentes e estudados do pensamento social brasileiro. Durante décadas as reflexões acadêmicas em torno do desenvolvimento econômico e industrial brasileiro orbitaram ao redor de suas formulações e interpretações. Porém, a despeito de todo referencial e prestígio, aspectos significativos de sua obra, ainda hoje, não foram satisfatoriamente contemplados com pesquisas e análises. Trata-se, em especial, de aspectos relacionados a parte de sua produção cujas reflexões incidem sobre temas políticos, sociológicos e filosóficos.

No início da década de 1960, Furtado conta com grande prestígio, já tendo publicado seu estudo mais importante “Formação Econômica do Brasil” (1959), e assumido cargos à frente de influentes organismos nacionais e internacionais como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), quando o presidente Jânio Quadros renuncia e instaura-se grande crise política no país.¹ Além da crise política, os primeiros anos da década de 1960 foram palco de uma crise de paradigmas interpretativos do desenvolvimento nacional que balizavam o ideário político hegemônico na década anterior, configurando uma “crise do desenvolvimentismo” (1961 – 1964)².

¹ Existe um consenso na historiografia sobre o período atribuindo à renúncia de Jânio um agravamento na crise político institucional no país. Não há, porém, consenso quanto o caráter dessa crise, podendo ela ser representada como “crise do populismo”, “radicalização” das posições políticas, “paralisia decisória”, dentre outras interpretações. Não é parte de nosso objetivo refletir sobre a historiografia da crise político-econômica da década de 1960. Ainda que a análise do discurso político do período possa oferecer subsídios para essa discussão, iremos focar as estruturas linguísticas do debate. Citamos algumas interpretações tidas como clássicas sobre a crise política da década de 1960: DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.; ARGELINA, F. **Democracia ou reformas?** alternativas democráticas à crise política:1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.; SANTOS, W. G. dos. **Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

² Quanto à “crise do desenvolvimentismo”, iremos realizar uma breve apresentação no final do próximo capítulo. Por hora cabe indicar que nos baseamos nas leituras de: BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.; e MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

Neste contexto de crises, Furtado dedica-se a redigir textos e ministrar seminários com temática eminentemente política. Ainda pouco estudados, podemos citar ao menos três documentos que reúnem os esforços dessa empreitada, sendo dois deles livros publicados - “A Pré-Revolução Brasileira” (1962) e “Dialética do Desenvolvimento” (1964) – e o outro, um termo de comprometimento com as reformas de base a ser enviado ao congresso, intitulado “Manifesto das Forças Progressistas” (1962)³.

Primeiramente, é importante apontar que uma das principais intenções relatadas por Furtado para a elaboração dos documentos que iremos analisar seria, propriamente, a ideia de intervir no debate político-conceitual do período. O caráter de “ação linguística” nesses documentos é, portanto, explícito. Motivos e intenções do autor ficam evidentes em suas declarações ao tratar do contexto da concepção desses textos em sua autobiografia – “A Fantasia Desfeita” (1989)⁴.

Sobre a elaboração de “A Pré-Revolução Brasileira”, o autor afirma querer intervir com um ensaio para combater a crescente alienação no debate político:

“Do lado da direita, o pânico servia para legitimar a preparação do golpe. [...] Do lado da esquerda, prevalecia a idéia de que as massas organizadas estavam ocupando novas posições e conseguindo mudar a relação de forças, o que justificaria radicalizar as confrontações.” [...] “Ora, essas leituras distorcidas da realidade induziam a comportamentos irracionais, cujas graves consequências não era difícil de apreender. Com anterioridade eu percebera o risco desses desvios e procurara intervir no debate com um ensaio, cujo objetivo era contribuir para desarticular a sinistra engrenagem que estava conduzindo a uma alienação crescente nos dois lados da contenda, todos limitando-se a dizer o que queriam ouvir e a só ouvir o que eles mesmos diziam. De forma provocativa, intitulei o ensaio de ‘Reflexões sobre a Pré-Revolução Brasileira’. O objetivo era desmistificar o que a direita chamava de ‘marxismo’ e mostrar às esquerdas que existia uma contradição entre os fins que ela colimava e os meios que tendia a preconizar para alcançá-los.”⁵

³ Esse último é redigido em 1962, antes das eleições para o congresso, governos estaduais e do plebiscito para a volta do presidencialismo. Porém, Furtado julga que, após apresentá-lo para importantes líderes políticos - como João Goulart, Leonel Brizola, San Tiago Dantas dentre outros – não havia angariado o apoio esperado. Isso fez com que o documento não fosse publicado à época, somente o sendo em sua autobiografia – A Fantasia Desfeita - em 1989. FURTADO, C. Projeto de ‘manifesto’ das forças progressistas (1962). IN: _____. **A Fantasia Desfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. pp. 142-151.

⁴ Concebemos que uma autobiografia não é a fonte ideal para se buscar compreender as intenções do autor sob uma abordagem contextualista, porém, utilizamo-nos desses trechos como exemplo de um aspecto evidente ao longo das obras analisadas, a tentativa de intervir linguisticamente para propor uma saída para a crise dos paradigmas político-conceituais do período.

⁵ FURTADO, C. **A Fantasia Desfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.136.

E quanto à “Dialética do Desenvolvimento”, fica clara que a noção de responsabilidade intelectual de Furtado o impele a intervir linguisticamente no debate político-conceitual do período:

“A responsabilidade que me cabia ia bem mais longe do que o desempenho de funções administrativas. De todos os lados me chegavam convites para participar de debates, paraninfar formandos, intervir em colóquios e mesas-redondas. Era uma época em que a juventude estava mobilizada e se sentia parte do processo político que vivia o país. Muitas instituições da sociedade civil promoviam ciclos de debates, satisfazendo os anseios de seus membros mais militantes. Dirigia-me aos públicos mais variados, mas procurava manter coerência no que dizia e para esse fim tomava notas e redigia textos.

Sentindo que o horizonte se fechava, apressei-me a ordenar essas notas, com o propósito de colocar à disposição dos jovens um conjunto consistente de idéias capaz de dar resposta às perguntas que com mais frequência me dirigiam. Certos conceitos eram utilizados de maneira confusa, a outros atribuía-se o poder de exorcizar os males sociais como um passe de mágica.” [...]

“Pressentia naquele primeiro trimestre de 1964 que o horizonte se estreitava. Não teria tempo para ir tão longe quanto havia pretendido. Tinha que alinhar e arrematar o que estava à mão, expondo-me quiçá a incompreensões. Desse esforço de última hora resultou uma monografia de seis capítulos, à qual dei o título provocativo de *Dialética do desenvolvimento* [...]”⁶

O “Manifesto das Forças Progressistas” evidencia um outro ponto que perpassa todas as obras e ocupa um lugar central para nossa análise. Já esboçado na citação anterior, a confusão de conceitos é representada - agora em um documento de época -, como uma “batalha semântica”⁷ em torno do conceito de democracia:

“Que cabe esperar do próximo Parlamento e, desde já, que cabe exigir como compromisso de todos aqueles que se candidatam a representar o povo? Independentemente dos partidos a que estejam ligados, é necessário que todos os candidatos se definam de forma inflexível sobre aqueles problemas de cuja rápida solução dependerão o desenvolvimento do país e a sobrevivência da democracia. Esse compromisso deve ser exigido de cada candidato, a fim de que se dê ampla difusão em todo o país dos nomes daqueles que estão decididos a lutar pelo desenvolvimento e pela democracia. Não se trata de uma tomada de posição em termos vagos, e sim, de um compromisso formal com data marcada. O povo acompanhará da praça pública o desenrolar dos acontecimentos e, se vierem a expirar os prazos sem que as reformas tenham sido realizadas, na forma e com o alcance claramente indicados nos compromissos públicos, conhecerá o nome daqueles que o traíram, e poderá legitimamente exigir sua exclusão da vida

⁶ Ibid. pp. 181-182.

⁷ KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006. p. 102.

pública. A democracia autêntica terá perdido a sua grande oportunidade, mas também haverá terminado a época dos misticadores da falsa democracia.”⁸

Este estudo tem como objetivo analisar o conceito de “democracia” nas obras de Celso Furtado produzidas no contexto de “crise no desenvolvimentismo”. Defendemos que, a partir da análise do lugar central e da semântica conferida pelo autor ao conceito de “democracia” nessas obras, podemos tomá-lo como chave interpretativa para melhor compreender esses documentos em seu significado enquanto “atos de fala” e à própria crise de paradigmas explicativos no pensamento social brasileiro.

A partir desta apresentação podem ser suscitadas, ao menos, duas perguntas tão óbvias quanto pertinentes: Por que o conceito de democracia?; e Por que Celso Furtado?

Inicialmente respondemos a essas questões de forma superficial. Os documentos selecionados são expressões claras da convergência das duas crises apontadas anteriormente – a crise política e a crise do desenvolvimentismo. Neles, Furtado apresenta uma crítica – direta em alguns aspectos e indireta em outros⁹ - a importantes elementos do projeto desenvolvimentista da forma como ele foi concebido e aplicado na década anterior. Para isso, o autor volta sua análise para as instituições do regime político brasileiro procurando as bases para a reformulação desse projeto de maneira a contribuir para a superação da crise política. Sustentamos que o conceito de democracia passaria a figurar como fundamento do projeto desenvolvimentista esboçado por Furtado em princípios da década de 1960.

Além disso, apontamos para a pertinência desse recorte, visando o estudo do discurso político, pelo fato de Furtado – enquanto ator histórico e referência para nossa pesquisa – estar engajado em realizar uma reflexão crítica sobre a linguagem e sobre os conceitos de seu próprio tempo. Outro aspecto interessante,

⁸ FURTADO, C. Projeto de ‘manifesto’ das forças progressistas (1962). IN: _____. **A Fantasia Desfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 147.

⁹ Furtado critica diretamente a forma como foi conduzida a política de industrialização no Brasil, em períodos mais distantes e mesmo na década de 1950. Reiteramos que ele defende a efetiva participação do Estado na promoção do desenvolvimento industrial, mas a forma como esta havia se perpetrado o faz tecer importantes críticas, as quais analisaremos mais adiante. O que chamamos de crítica indireta diz respeito à busca da reformulação do projeto desenvolvimentista a partir de relevantes elementos relacionados com a mudança social, a democracia e a dinâmica de classes. Ainda que ele não proponha uma ruptura formal em relação ao projeto anterior, defendemos que a análise de sua obra denota mudanças que corroboram essa interpretação.

e que confere densidade para a pesquisa proposta, é o fato de Furtado ser um dos principais intelectuais associados ao nacional-desenvolvimentismo e, efetivamente, por ter contribuído fortemente para o projeto desenvolvimentista desse grupo. Logo, sua visão da crise desse modelo geralmente é eclipsada por seu status junto a esse movimento de ideias e pela sua contribuição enquanto colaborador dessa corrente.

Sobre nossa proposta devemos apontar que, se por um lado, defendemos a análise do conceito de “democracia” nos documentos selecionados como uma chave interpretativa para a obra do autor no período, por outro, a incursão apresentada sobre o ideário político nacional-desenvolvimentista possui um caráter preliminar, que visa dar subsídios para um estudo mais aprofundado dos conceitos e linguagens mobilizados naquele contexto. Assim, ao inferir que Furtado apropria-se desse conceito com um conteúdo semântico ou uma ênfase diferente da descrita nos estudos sobre o ideário político nacional-desenvolvimentista, não queremos afirmar que ele seria o único, e nem mesmo o primeiro, a operar dessa forma, mas que este registro pode servir de indício para o mapeamento de mudanças em uma esfera mais ampla que a das obras do autor: a da linguagem compartilhada.

1.2 Contexto Linguístico, Discurso Político e Conceitos

Nossa análise do conceito de democracia e do ideário político nacional-desenvolvimentista tem como referenciais metodológicos as formulações de autores que se dedicam ao estudo histórico do discurso político, a partir de análises da relação entre textos e contextos em que esses discursos são mobilizados. A esse marco, podemos associar ao menos duas correntes teórico-metodológicas diferentes: o “Contextualismo Linguístico” da Escola de Cambridge, cujos representantes mais relevantes para a nossa pesquisa são Quentin Skinner e John Pocock; e a “História dos Conceitos” (“*Begriffsgeschichte*”) de Reinhart Koselleck.

Estudos recentes têm apontado para a possibilidade de diálogo entre essas interpretações, e se, a princípio, seus idealizadores reforçavam as diferenças de abordagens entre si, paulatinamente esses mesmos foram admitindo essa aproximação. Em contextos distintos, a grande motivação para a formulação das

propostas metodológicas referidas relacionava-se com a elaboração de críticas às formas como operavam as análises sobre o pensamento político até a década de 1950 e 60. Os três autores defendem métodos que impõem a necessidade de se adotar um caráter historicista e contextualista para a análise dos conceitos, do contexto linguístico ou do discurso político.¹⁰ Vamos apresentar brevemente pontos das propostas desses autores que julgamos pertinentes para clarificar nossa abordagem.

Skinner e Pocock sistematizam suas propostas metodológicas a partir do debate que se perpetrava no contexto anglófono em torno da viabilidade do estudo das ideias enquanto objetos da análise histórica. À época, as discussões giravam em torno de dois eixos antagônicos: as abordagens textualistas como a “History of Ideas” de Arthur Lovejoy, nas quais as ideias eram estudadas de forma independente de qualquer referência ao contexto de sua enunciação; e as abordagens que desprezavam a pertinência de uma história do pensamento político, afirmando que esse seria mera determinação da realidade material, retórica ou ideologia – argumentos das correntes namierista e marxista. A partir das críticas às abordagens textualista e contextualistas, os autores começam a delinear uma proposta fortemente historicista fundada na ideia do contextualismo linguístico.

O contextualismo linguístico skinneriano recupera elementos da tradição intencionalista da filosofia da história de R. G. Collingwood, que preocupava-se em reconstituir as ações históricas do ponto de vista dos próprios autores. Adaptando-a para a aplicação na interpretação de textos históricos e filosóficos, Skinner busca compreender o significado dos textos a partir da perspectiva do autor/ator - da descoberta de suas intenções. Estabelecendo um diálogo da tradição intencionalista, com contribuições da tradição da filosofia da linguagem de L. Wittgenstein, P. Laslett e J. L. Austin, ele propõe que os textos de teoria política deveriam ser interpretados enquanto “atos de fala”, e que a compreensão

¹⁰ Para amparar nossa apresentação da gênese das abordagens metodológicas propostas por Q. Skinner, J. G. A. Pocock e R. Koselleck, nos apoiamos no artigo: JASMIN, M.; FERES JÚNIOR, J. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual IN: _____. (orgs.) **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

histórico-filosófica de sua enunciação se daria pela apreensão de seu significado e das intenções do autor a partir da análise da sua força ilocucionária¹¹:

[...] “the study of what someone says can never be a sufficient guide to understanding what was meant. To understand any serious utterance, we need to grasp not merely the meaning of what is said, but at the same time the intended force with which the utterance is issued. We need, that is, to grasp not merely what people are saying but also what they are *doing in saying it*.”¹²

Diferentemente dos motivos e causas externas, as intenções dos autores estariam incorporadas às suas ações linguísticas. Por outro lado, a busca por traços publicamente apreensíveis nas intenções autorais denota que não são perseguidos desejos ou elementos puramente subjetivos e hermenêuticos do pensamento do autor, e, sim, o significado daquela ilocução quando proferida em dado contexto linguístico.

Inicialmente, Skinner tem uma posição rígida quanto à necessidade da recuperação da intenção autoral para a compreensão do significado dos textos. Segundo essas propostas iniciais “uma interpretação deve alcançar algo que o próprio autor aceitaria como uma descrição correta do que ele quis dizer ou fazer”, instituindo uma “exclusividade da autoridade do autor”¹³. Com o desenvolvimento de sua abordagem o autor torna-se menos inflexível em sua aceitação de métodos para se chegar ao significado dos textos, buscando-o na investigação de convenções linguísticas e vocabulários compartilhados, aproximando-se da proposta de Pocock.

Defendendo uma “história dos discursos políticos”, J. G. A. Pocock reforça uma mudança de ênfase em sua análise do contextualismo linguístico da “intenção” para a “efetivação”. Quando afirma que “a história do pensamento político é uma história do discurso”, e que de fato “ela tem uma história

¹¹ Ricardo Silva sistematiza a proposição de J. L. Austin quanto às dimensões dos atos de fala: “Austin distingue três dimensões dos atos de fala: a dimensão locucionária, relativa ao conteúdo proposicional do proferimento e manifesta no ato de dizer (*of saying*) algo; a dimensão ilocucionária, relativa ao que o agente está *fazendo* ao dizer (*in saying*) algo; e a dimensão perlocucionária, relativa aos efeitos produzidos pelo ato de fala na audiência, aquilo que ocorre por se dizer (*by saying*) algo.” SILVA, R. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. IN: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, nº2, 2010, p. 307.

¹² SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. IN: **Visions of politics: Regarding Method**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2002. p. 82.

¹³ JASMIN, M.; FERES JÚNIOR, J. Op. Cit. p. 17.

justamente em se tornar discurso”¹⁴ ele pretende apontar para a importância do estudo das “performances” – enquanto ações linguísticas - e “jogos de linguagem”, no interior dos contextos linguísticos. Esses “jogos de linguagem” se dariam pela interação dos elementos *langue* e *parole*.

A interação neste “jogo” entre linguagens (*langue*) e atos de fala (*parole*) na acepção de Pocock se daria da seguinte forma:

“Essas ‘linguagens’ terão sido, a rigor, sublinguagens, idiomas (linguagens restritas a uma atividade específica) e retóricas mais do que linguagens no sentido étnico” [...] “nós estamos em busca de modos de discurso estáveis o suficiente para estar disponíveis ao uso de mais de um locutor e para apresentar o caráter de um jogo definido por uma estrutura de regras para mais de um jogador. Isso nos possibilitará considerar o modo pelo qual os jogadores exploram as regras uns contra os outros, e, no devido tempo, como atuaram *sobre* as regras com o resultado de alterá-las.”¹⁵

A história do discurso político teria seu foco voltado para a análise das linguagens compartilhadas enquanto “chave do historiador tanto para o ato de fala quanto para o contexto”¹⁶. A partir do estudo de como são mobilizados os conceitos dentro de determinado vocabulário compartilhado, podemos captar como e quando são perpetrados “lances” que visam intervir sobre essa linguagem comum, ou seja, como uma *parole* incidiu sobre a *langue*.

Outro ponto importante para demarcarmos é o caráter referencial atribuído à linguagem. Ele denota a aproximação entre o contexto linguístico e o contexto político, social e histórico vivenciado pelo autor, ou entre a linguagem e a experiência:

“[...] a linguagem é referencial e alude a vários objetos. Ela alude a elementos de uma experiência da qual ela provém e com os quais ela torna possível lidar, e de uma linguagem corrente no discurso político numa sociedade institucional e política, pode-se esperar que ela aluda a instituições, autoridades, valores simbólicos e acontecimentos registrados que ela apresenta como parte da política dessa sociedade e dos quais deriva muito do seu próprio caráter.” [...] “Neste ponto, podemos ver que cada contexto linguístico indica um contexto político, social e histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. Contudo, neste mesmo ponto, somos obrigados a reconhecer que cada linguagem, em certa medida, seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida.”¹⁷

¹⁴ POCOCK, J. G. A. O estado da arte. IN: **Linguagens do ideário político**. São Paulo: edusp, 2003, p. 28.

¹⁵ Ibid. p. 34.

¹⁶ Ibid. p. 35.

¹⁷ Ibid. p. 37.

No contexto intelectual germânico, Reinhart Koselleck elabora uma proposta metodológica contextualista contra o anacronismo e a essencialidade da história das ideias (*Ideengeschichte*) e da história do espírito (*Geistesgeschichte*), cujo principal representante era o historiador F. Meinecke.¹⁸ Nota-se que a motivação e a demanda por uma ênfase historicista das reivindicações de Skinner e Pocock se aproximam da proposta de Koselleck elaborada cerca de dez anos antes:

“A isso se segue uma exigência metodológica mínima: a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das limitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então.”¹⁹

Assim como o contextualismo linguístico, a história dos conceitos de Koselleck pretende-se um instrumento teórico-metodológico para a crítica documental de textos históricos. Porém, o caráter polissêmico dos conceitos sociais e políticos ampliaria e sofisticaria as possibilidades de análise para além da esfera do estudo dos conteúdos históricos empíricos:

“O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.” [...] “Um conceito não é somente o indicador dos conteúdos compreendidos por ele, é também seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e da teoria. Por isso a história dos conceitos é capaz de investigar determinados conteúdos não apreensíveis a partir da análise empírica.”²⁰

Portanto, a multiplicidade de experiências contidas em um único conceito conferem a possibilidade de ele ser analisado enquanto índice/fator dessas experiências, o que leva Koselleck a conceber a viabilidade de analisar a mudança conceitual tratando conjuntamente espaço e tempo. Se a proposta do contextualismo linguístico de Skinner e Pocock é focada na dimensão sincrônica do discurso²¹ – ainda que não se despreze a dimensão diacrônica e menos ainda a

¹⁸ Cf. JASMIN, M.; FERES JÚNIOR, J. Op. Cit. p. 22.

¹⁹ KOSELLECK, R. Op. Cit. p. 103.

²⁰ Ibid. pp. 109-110.

²¹ “Aqui a primeira coisa a ser dita parece ser que, desde que linguagens ou discursos são estruturas complexas cujos componentes existem simultaneamente no tempo, estudá-los é apostar

observação das mudanças conceituais²² - o autor alemão propõe como características do campo particular de estudo da história dos conceitos, a viabilidade de se complementar essa perspectiva com uma análise diacrônica de dado conceito, orientada pelas categorias meta-históricas do “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”:

“Em uma segunda etapa da investigação os conceitos são separados de seu contexto situacional e seus significados lexicais investigados ao longo de uma sequência temporal, para serem depois ordenados uns em relação aos outros, de modo que as análises históricas de cada conceito isolado agregam-se a uma história do *conceito*. Finalmente, nesse estágio de investigação, o método histórico-filológico se sobressai por seu caráter histórico-conceitual [...]”²³

Em primeiro lugar, as propostas metodológicas apresentadas pelos atores que selecionamos nos servem de referência para a realização de uma crítica documental apropriada, baseada nos pressupostos contextualistas e historicistas determinados por eles.

Como dissemos anteriormente, o caráter explícito dos documentos analisados enquanto “atos de fala” - que se pretendem intervenções sobre o discurso político do período - determinam um cuidado especial na sua exegese. Furtado adota uma linguagem quase “diplomática” ao compor suas críticas ao ideário político e ao regime político vigente no período. Com isso queremos dizer que, devido ao contexto de crise, ele tece essas críticas com uma cautela retórica notável, que pode ser observada em vários aspectos: salvo engano, notamos que Furtado não cita nenhum autor ou político brasileiro nos documentos; como argumentamos, ele busca um novo projeto de desenvolvimento comportando elementos novos, ou mesmo antagônicos em relação ao ideário político nacional-

no sincrônico.” POCOCK, J. G. A. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentários sobre o *paper* de Melvin Richter. IN: JASMIN, M.; FERES JÚNIOR, J. (orgs) **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006. p. 85.

²² Sobre as técnicas históricas para reconstituição de um mundo de linguagens, Pocock irá afirmar que tanto ele quanto Skinner as empregam com uma ênfase dupla: “uma voltada para a linguagem que circunda os agentes humanos em situações históricas específicas, e outra voltada para os próprios humanos, agindo e reagindo no interior das linguagens disponíveis para eles. Há aí uma série de possibilidades para explorar tanto as inovações e outros atos criativos realizados pelos usuários individuais da linguagem, [...] quanto o processo de mudança mais lento, multi-autoral, e os processos de mudança social ou historicamente induzidos que tem lugar no interior de, e entre, linguagens disponíveis em sociedades e culturas específicas ao longo de períodos específicos de tempo e de duração variada” Ibid. p. 84.

²³ KOSELLECK, R. Op. Cit. p. 105.

desenvolvimentista, porém não são todos os pressupostos deste que são negados²⁴; inferimos que os documentos denotam uma crítica às instituições democráticas brasileiras, configurando uma crítica ao regime político sob o prisma do populismo, porém, ela é realizada com toda a prudência para não se aproximar do discurso conservador e/ou legitimar rupturas institucionais de cunho autoritário. Como exemplo podemos afirmar esquematicamente que Furtado critica a democracia vigente a partir de uma concepção de populismo sem jamais juntar os conceitos, caracterizando uma democracia populista.

Outro aspecto fundamental, do qual somos tributários das propostas dos autores, diz respeito à relação entre os atos de fala e as linguagens, entre o caráter pragmático e dogmático no estudo dos conceitos e do discurso. A partir do estudo do ideário político nacional-desenvolvimentista notamos a marginalidade, ou mesmo ausência, de reflexões detidas sobre a democracia e o funcionamento das instituições do regime político brasileiro. Como veremos, esse conceito não integrava o vocabulário da intelectualidade progressista no Brasil, estando mais atrelado ao pensamento conservador.

Defendemos que, ao subordinar determinados elementos ao conceito de democracia Furtado estaria realizando um “lance”, ressignificando-o. O caráter dessa mudança – expressa pela associação da democracia com o desenvolvimento social e a luta de classes - pode ser visto como chave interpretativa para a compreensão dos atos de fala expressos nos documentos e da própria “crise do desenvolvimentismo”. Ou seja, uma das perguntas que pretendemos responder com nosso estudo é: que democracia é essa?; ou, qual é a concepção de democracia defendida por Furtado? Portanto, nossa análise das obras selecionadas nos permite vislumbrar tanto os constrangimentos infligidos pela *langue* sobre a *parole* – ao pensarmos nas limitações ao uso do conceito em determinado contexto -, quanto a tentativa de intervenção da *parole* sobre a *langue* – a partir da ação linguística do autor -, o que comporta uma apreciação sobre aspectos historiográficos da crise de paradigmas do pensamento social brasileiro

²⁴ Pretendemos demonstrar que se Furtado continua defendendo um desenvolvimento baseado na industrialização com apoio do Estado, esse desenvolvimento se daria sob outras condições em comparação com o desenvolvimentismo elaborado na década de 1950. As principais inovações na proposta do autor se dariam no enfoque perpetrado por ele nas relações sociais e nas reformas das instituições do regime político brasileiro, sendo que a análise do conceito de democracia centraliza essas questões.

Segundo nossa interpretação, a intenção de Furtado manifesta nos documentos selecionados se dá na direção da refundação do projeto desenvolvimentista a partir de uma visão crítica das instituições do regime político brasileiro, que demandaria a democratização da democracia brasileira. Ao associar a democracia ao desenvolvimento social e à luta de classes, Furtado esboça um “projeto de capitalismo democrático”²⁵ que deveria ser alcançado a partir de reformas institucionais que fortalecessem a sociedade civil, rompendo com o pacto populista e viabilizando o conflito social. Inferimos que essa proposta de Furtado apresenta uma constituição distinta do discurso nacional-desenvolvimentista da década de 1950 em importantes aspectos, e carrega alguns elementos que, posteriormente, irão nortear o pensamento social brasileiro a partir de uma visão crítica à ideologia nacional-desenvolvimentista

Esta dissertação foi dividida em três capítulos: Capítulo I – “Introdução”: apresentação dos objetivos, argumentos e referenciais metodológicos; Capítulo II - “O ideário político nacional-desenvolvimentista: Da Cepal, do ISEB e do PCB”: análise historiográfica visando mapear alguns dos conceitos e paradigmas partilhados por autores inscritos em um contexto linguístico comum durante a década de 1950; Capítulo III - “Um Projeto de Capitalismo Democrático”: análise das obras de Furtado – “A Pré-Revolução Brasileira” e “Dialética do Desenvolvimento” - e desenvolvimento de nossos argumentos centrais.

²⁵ É absolutamente necessário apontar que nosso trabalho presta uma importante reverência à dissertação de Vera Alves Cepêda – “Raízes do Pensamento Político de Celso Furtado: Desenvolvimento, Nacionalidade e Estado Democrático”. Sendo uma das primeiras obras de fôlego a analisar o pensamento político de Celso Furtado, tomamos-lhe de empréstimo a ideia - apresentada pela autora enquanto hipótese - do esboço de um “projeto de capitalismo democrático” nos textos de Furtado, como chave interpretativa e título de um dos nossos capítulos. Apesar do registro da importante contribuição do trabalho da autora - com estes e outros subsídios para esta dissertação -, assumimos completamente a responsabilidade pelas ideias aqui desenvolvidas.